



ANÁLISE DO DESEMPENHO DO PRODUTO E DO EMPREGO DAS PRINCIPAIS ECONOMIAS DO NORDESTE (2012-2018)

ANALYSIS OF THE PERFORMANCE OF THE PRODUCT AND EMPLOYMENT IN THE MAIN NORTHWESTERN BRAZILIAN ECONOMIES

Gicelly Nayara Gomes de Andradeⁱ
Soraia Santos da Silvaⁱⁱ

Resumo: O presente artigo buscou investigar e fazer uma discussão sobre o desempenho das principais economias do Nordeste por meio de uma análise do comportamento da atividade produtiva, do mercado de trabalho e de alguns indicadores sociais nesse contexto de instabilidade econômica e política do país. Foram analisados os estados da Bahia, Pernambuco e Ceará no período de 2012 a 2018, pois representam mais de 60%, em média, do produto da região. A metodologia utilizada na pesquisa foi descritiva e estatística e consistiu em uma análise comparada de indicadores do produto, do mercado de trabalho e de alguns indicadores sociais para investigação e discussão sobre o desempenho recente dos seus principais estados. Foi possível identificar a influência da recessão econômica na Região Nordeste em 2015 e 2016, afetando a atividade produtiva e mercado de trabalho que apresentou tímida recuperação nos anos posteriores e expôs uma má distribuição educacional da força de trabalho. Entretanto, foi possível observar uma ligeira desconcentração do produto do Sudeste compensada pelo dinamismo do produto em outras regiões. Também, a Região Nordeste apresentou um crescimento do PIB acima da média nacional, com exceção do ano de 2016. O crescimento da economia nacional e regional estimulado pelo ciclo de investimentos econômicos e sociais tiveram reflexos sobre a geração de empregos formais na região.

Palavras-chave: Nordeste. Crescimento Econômico. Mercado de trabalho.

Abstract: This article sought to investigate and discuss the performance of the economy of the Northeast through an analysis of the behavior of productive activity, the labor market and some social indicators in this context of economic and political instability in the country. Based on the three main economies (Bahia, Pernambuco and Ceará) in the region from 2012 to 2018. The methodology used in the research was descriptive and statistical and consisted of a brief review of the theoretical literature on economic and empirical growth on growth of the Northeast. It was possible to identify the influence of the economic recession in the Northeast Region in 2015 and 2016, affecting the productive activity and the labor market, which showed a slight recovery in the following years and exposed a poor educational distribution of the workforce.

However, it was possible to observe a slight devolution of the product from the Southeast, compensated by the dynamism of the product in other regions. Also, the Northeast Region showed a GDP growth above the national average, with the exception of 2016. The growth of the national and regional economy stimulated by the cycle of economic and social investments had an impact on the generation of formal jobs in the region.

Keywords: North East. Economic Growth. Labor market.

Recebido em: 22/10/2020 – Aprovação: 19/10/2022

1 INTRODUÇÃO

A Região Nordeste do Brasil vinha se destacando no cenário nacional nos últimos anos, devido ao seu avanço econômico acelerado bem acima da média do país. Alguns indicadores mostram que houve uma tendência positiva no aumento da participação da região no Produto Interno Bruto (PIB) nacional, uma elevação do PIB per capita e um incremento no volume de investimento direcionados para os estados nordestinos. O Nordeste registrou a maior taxa média anual de crescimento do PIB per capita de 3,13% entre 2000 e 2010. Entre 2002 e 2010, o PIB da Região Nordeste passou de R\$191,5 bilhões para R\$ 507,5 bilhões, ou seja, mostrou um crescimento de 165%, ficando atrás apenas da expansão das Regiões Norte e Centro-Oeste. Em 2010, o Nordeste teve uma participação de 13,46% no PIB nacional e, em 2013, a sua participação atingiu 13,55%, alcançando o maior percentual da série histórica iniciada em 1995, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Conforme Nogueira et al. (2012), em termos dos estados da região, a Bahia é o estado do Nordeste, que apresenta a maior participação na produção interna do país (30,41%), seguido de Pernambuco (18,76%), de Ceará (15,34%), do Maranhão (8,92%), do Rio Grande do Norte (6,37%) e da Paraíba (6,29%), em 2010. Os estados da Bahia, Pernambuco e Ceará mostram um crescimento médio de 3,73%, 3,95% e 3,90% entre 2000 e 2010 e são as principais economias da região com participação no PIB regional de 30,41%, 18,76% e 15,34% em 2010. Em termos de estrutura produtiva, o Nordeste é focado nos setores de Comércio e Serviços (45,91%) e na Indústria (24,36%) em 2010, seguindo a tendência do país, porém com grandes desigualdades na estrutura produtiva entre os estados da região.

A economia vem sentindo impactos negativos com o desenvolvimento de alguns fatores como a crise econômica e política do Brasil, o fim do período de investimento em infraestrutura (2009-2015) e a redução no volume de chuva na região. É possível observar uma desaceleração na atividade econômica da região a partir de 2010, com taxas de crescimento da produção bruta a preços correntes cada vez menores entre 2015 e 2019, saindo de 10,2% para 0,5%,

respectivamente. Esse mal desempenho refletiu-se em um crescimento abaixo da média nacional, que, em 2019, foi de 0,9% para o Brasil, conforme Sistema de Contas Regionais do IBGE.

Dessa maneira, as incertezas com relação à região poderão influenciar o direcionamento de investimentos de empresas, refletindo-se no comportamento da renda e do mercado de trabalho da região. A economia da Região Nordeste é intensiva em mão de obra e alterações nas trajetórias de investimentos e de crescimento podem ter reflexos relevantes no comportamento do mercado de trabalho regional e, logo, no desenvolvimento regional.

Portanto, a pesquisa tem como objetivo investigar o comportamento da atividade produtiva e do mercado de trabalho das principais economias da Região Nordeste do Brasil no período de 2012 a 2018. A metodologia consistiu em uma análise descritiva e comparada de indicadores macroeconômicos e sociais dos estados da Bahia, Pernambuco e Ceará de forma a descrever seu desempenho econômico e refletir também alguns aspectos do mercado de trabalho e social em um contexto de instabilidade econômica e política do país. O artigo está estruturado em mais 3 seções, além dessa introdução. A segunda seção foi destinada a discussão da literatura teórica e empírica sobre o desempenho recente da economia da Região Nordeste. Na terceira seção, fez-se uma análise descritiva do comportamento do produto e do mercado de trabalho. E, por fim, a última seção é a conclusão.

2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS SOBRE O CRESCIMENTO E AS INCERTEZAS DA REGIÃO NORDESTE

A literatura empírica vem levantando algumas questões sobre o desenvolvimento regional do Nordeste. A questão fundamental está voltada sobre a permanência ou não da trajetória de crescimento da região. Essa problemática se dá pela preocupação de se o desempenho econômico recente é temporário ou se a região permanecerá em um novo nível de desenvolvimento relativo no país.

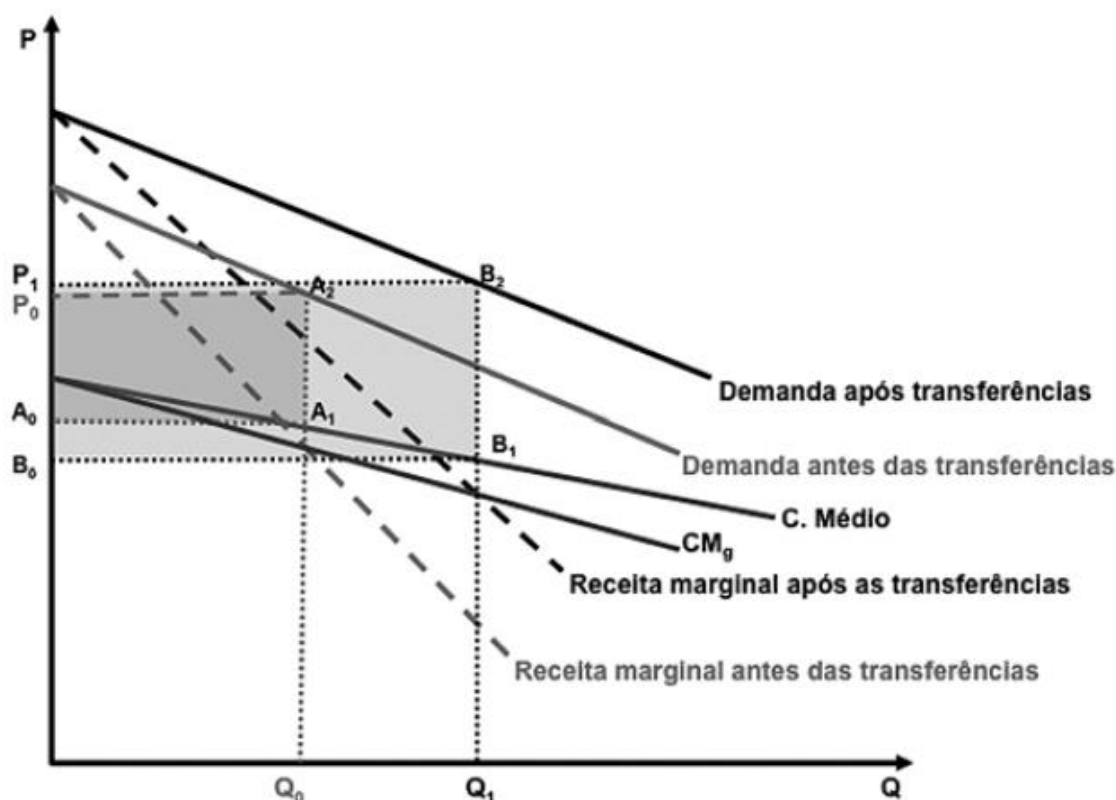
Dessa forma, as dúvidas com relação à permanência do patamar de renda podem inserir incertezas para atração e manutenção de investimentos na região. As incertezas levam em consideração de se a região continuará crescendo ou retornará a um patamar mais baixo de renda relativo à média nacional. Isso pode influenciar o direcionamento de novos investimentos de empresas no mercado regional. A economia do Nordeste é intensiva em mão de obra e alterações na trajetória de crescimento podem ter reflexos relevantes no comportamento do mercado de trabalho e, portanto, no desenvolvimento regional.

As discussões sobre o padrão de crescimento recente apontam também para a importância e reflexos dos programas de transferência de renda, que podem ter contribuído para um maior crescimento relativo da região. Barros e Athias (2013) faz uma discussão sobre esses fatores explicativos e estima seus efeitos sobre o crescimento do Nordeste. Os autores colocam que os programas de transferência de renda podem ter dois resultados: a primeira explicação teórica é um aumento na demanda local, que eleva a produção próxima aos indivíduos, devido à redução dos custos de transporte e de informação (isto é, as pessoas podem preferir ir ao comércio no bairro do que ir ao comércio no centro da cidade) e a segunda explicação teórica seria a geração de uma escassez relativa de mão de obra com baixas remunerações, o que resulta no efeito desenvolvimento tecnológico.

O ponto de partida da observação de Barros e Athias (2013) é que a Região Nordeste tem um grande número de beneficiários dos programas de transferência de renda, além de que também abrange uma proporção elevada da sua população vivendo abaixo da linha de pobreza. O percentual de domicílios vivendo abaixo da linha de pobreza no Nordeste foi de 46,9% em 2004 e 35,3% em 2007. No Brasil, esse percentual foi 24,8% e 17,2%, respectivamente. Já, o percentual de famílias beneficiárias do programa Bolsa Família foi de 13,2% e 23,8% no Nordeste e 11,7% e 18,6% no Brasil, nos mesmos anos respectivos (BARROS; ATHIAS, 2013).

Conforme Barros e Athias (2013), o *efeito demanda* dos programas de transferência de renda pode ser entendido por meio da determinação do produto, onde aumentos na demanda tem efeito sobre o produto per capita de cada município. Para isso, foram considerados algumas suposições, que descrevem essa economia. Os mercados são do tipo de competição monopolística e com retornos de escala crescentes. As firmas se deparam com uma demanda negativamente inclinada. Nesse modelo, as quantidades ofertadas e demandadas são definidas quando o custo marginal e a receita marginal são iguais. A Figura 1 mostra que o novo equilíbrio, após as transferências de renda, se dá no ponto B_2 , com preço e quantidades, dados por P_1 e Q_1 . Na presença dos programas de transferência, haverá uma expansão na demanda, aumentando tanto a quantidade quanto o preço de equilíbrio nos mercados. Um resultado relevante é que a renda se eleva pelo componente lucro e emprego. Embora, possa haver aumento de salário, elevando assim os custos, esse aumento não eliminaria os resultados sobre a produção e o lucro.

Figura 1 – Lucro Adicional Gerado pelo Efeito Demanda



Fonte: Barros e Athias (2013).

Mostrando a dinâmica do efeito demanda, a taxa de crescimento pode ser vista como:

$$\frac{\dot{Y}}{Y} = g + \gamma(Y - Y_e) \quad (1)$$

onde Y é o PIB *per capita*, g é a taxa de crescimento de equilíbrio gerada por outras relações da economia e Y_e é o PIB *per capita* de equilíbrio a cada momento. Um choque na economia pode ser um choque de demanda causado pelo início das transferências, assim elevando a taxa de crescimento relativo à sua trajetória de equilíbrio. Em resumo, as regiões, que recebem as transferências, teriam uma taxa de crescimento maior que a média nacional, enquanto não há convergência¹.

Para explicar como um programa de transferência de renda eleva o salário de equilíbrio, considere uma função utilidade, com utilidade negativa para o trabalho e positiva relativo ao salário e às experiências adquiridas, segundo modelo descrito em Barros e Athias (2013). O

¹ Para Barros e Athias (2013), esse maior crescimento é transitório, pois a taxa de crescimento da economia convergiria para sua taxa de equilíbrio, quando as transferências param. Não necessariamente haveria maior crescimento de forma que a demanda pára de se deslocar para cima e o emprego e a produção local em equilíbrio já não têm mais motivos para se deslocarem mais rápido do que o resto da economia.

problema do consumidor pode ser representado como uma maximização de uma função Cobb-Douglas, dada pela equação abaixo:

$$U = C^\alpha (1-L)^{1-\alpha} \quad (2)$$

onde U é a utilidade total, C é o consumo, medido em unidades de uma cesta de bens e L é a quantidade de trabalho, medida em tempo em um determinado intervalo e α é um parâmetro tal que $0 < \alpha < 1$. A função utilidade é maximizada sujeita a restrição orçamentária, dada por:

$$PC = T + wL \quad (3)$$

onde P é o índice de preço, T são as transferências, w é o salário nominal. A condição de primeira ordem é dada por:

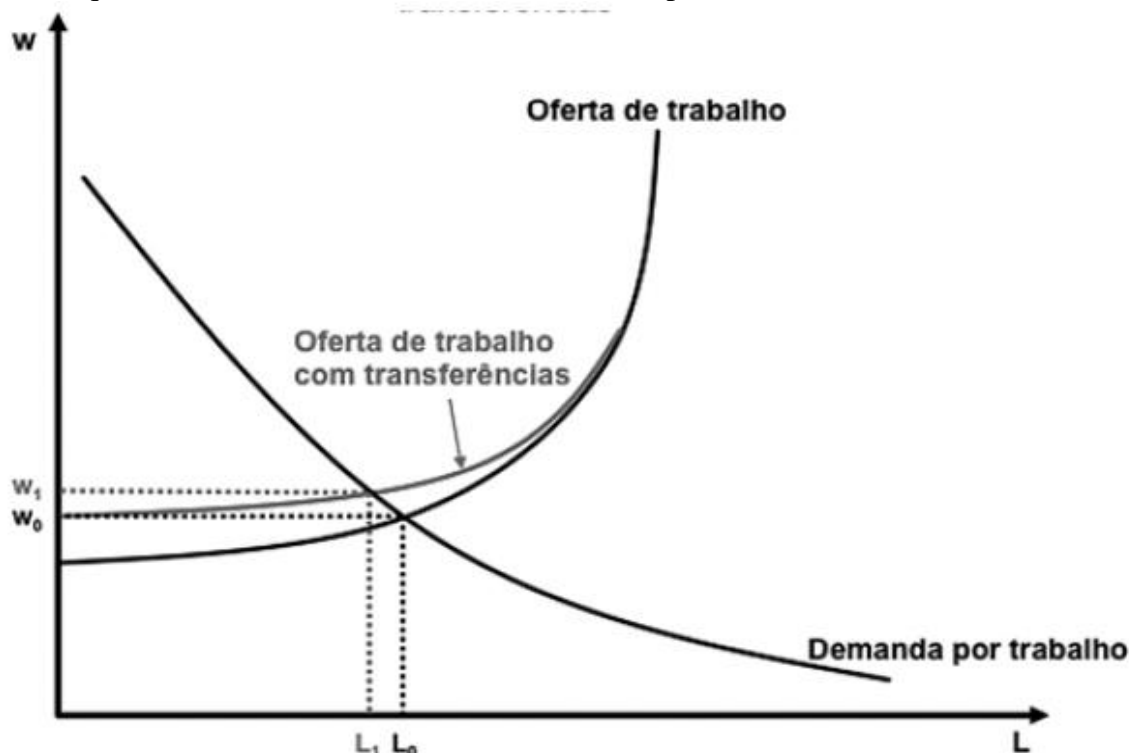
$$w = \frac{(1-\alpha)T}{\alpha - L} \quad (4)$$

Segundo a equação (4), um aumento na transferência, aumenta o salário, que terá que ser pago para que haja um dado nível de oferta de trabalho. Isso gera uma escassez relativa de trabalho a cada nível salarial. Ou seja, para uma mesma demanda de trabalho, o salário tende a se elevar quando T sobe. A oferta de trabalho se reduz com as transferências, deslocando a curva de oferta de trabalho para cima, aumentando o salário de equilíbrio e reduzindo a quantidade de trabalho contratada.² Como os programas de transferência são dirigidos aos mais pobres, as transferências são função do salário, ou seja, $T=T(w)$. Essa função tem a primeira derivada negativa de modo que quanto maior o salário, menor é a transferência e, mesmo a partir de certo patamar, os indivíduos não receberiam mais as transferências.

A oferta de trabalho definida pela equação (4) pode ser vista no Figura 2. A Figura 2 mostra a oferta de trabalho antes e depois das transferências, bem como dois equilíbrios. O ponto (L_0, W_0) é o equilíbrio antes das transferências e ponto (L_1, W_1) é o equilíbrio após as transferências. Segundo Barros e Athias (2013), as transferências elevam os salários de equilíbrio devido à retração da oferta de trabalho.

² O modelo descrito em Barros e Athias (2013) não deixa claro como ocorre a redução da oferta de trabalho com as transferências de renda para uma dada demanda de trabalho. Os autores colocam que os trabalhadores não preferem salários mais baixos. Na equação (2), a função utilidade é uma função negativa da quantidade de trabalho e positiva com relação ao salário. É uma função típica de modelos que descrevem a demanda de trabalho. Isto é, um aumento na quantidade de trabalho resulta em uma desutilidade e uma redução no salário provoca uma redução na utilidade. As transferências de renda podem complementar as horas de trabalho e, logo, a renda, reduzindo a quantidade de horas destinadas ao trabalho, para uma dada demanda de trabalho. Os autores salientam que o mercado de trabalho é segmentado e que isso ocorre no mercado de trabalho de indivíduos, que estão aptos para receber as transferências.

Figura 2 – Equilíbrio no Mercado de Trabalho Antes e Depois das Transferências



Fonte: Barros e Athias (2013).

De forma breve, a origem do efeito desenvolvimento tecnológico é devido à mudança na relação entre o custo do fator trabalho e o investimento em tecnologia. Na equação 4, o problema do consumidor é maximizar uma função utilizada, que cresce com o salário, ou seja, os indivíduos preferem salários mais altos do que receber menores salários, entretanto as transferências de renda compensariam a oferta de trabalho para uma dada demanda de trabalho.

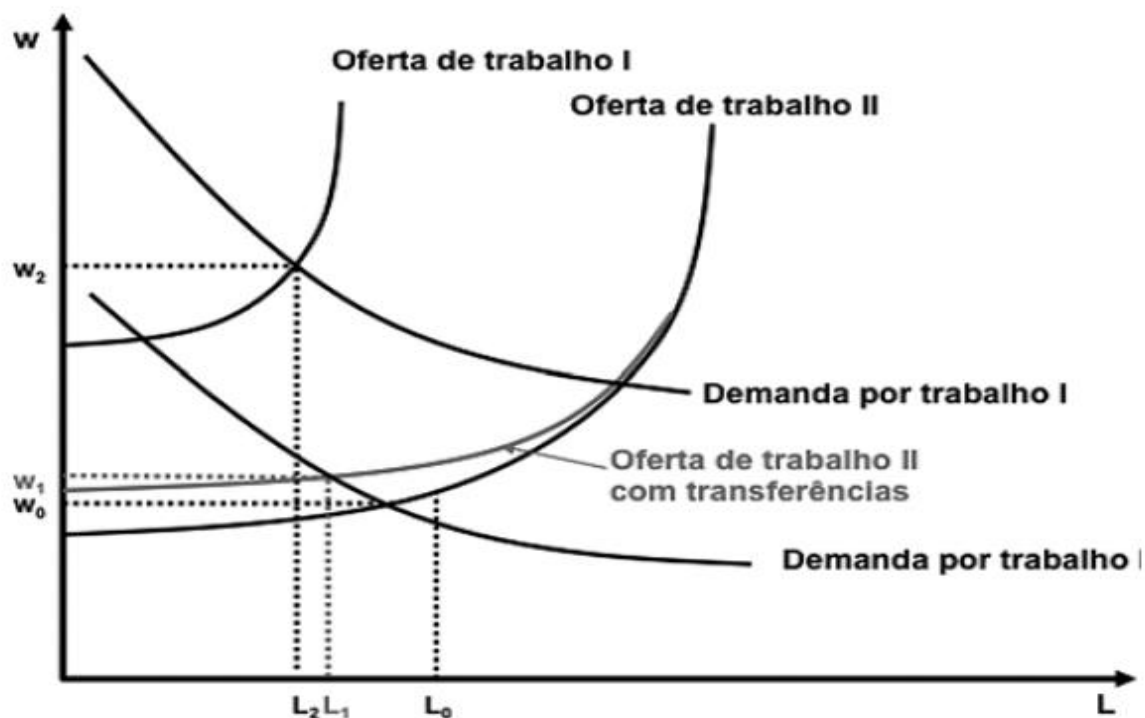
Esse efeito seria percebido na oferta de trabalho com remunerações *próximas ao salário mínimo*, ou seja, de indivíduos que podem receber as transferências. Isso reduziria a oferta de trabalho em seguimentos que tem baixa remuneração, aumentando-se assim o salário real. Esse aumento no salário real deslocaria os investimentos para setores com demanda de trabalho mais qualificada e, portanto, com remuneração distante do salário mínimo, ou seja, setores com maior agregação tecnológica.

Para fazer a discussão de como o efeito *desenvolvimento tecnológico* opera sobre regiões mais pobres, com mais trabalhadores e menos qualificados, Barros e Athias (2013) mostra um mercado de trabalho, segmentando-o de acordo com dois tipos de oferta de mão de obra, conforme Figura 3. Para Barros e Athias (2013, p.186): “nem todos os indivíduos em uma sociedade integram o mesmo mercado de trabalho”.

Na Figura 3, a oferta de trabalho II representa a oferta de trabalho de indivíduos com menor qualificação, recebem menores rendas e que podem receber as transferências. Após a introdução das transferências, o salário W_1 é o salário de equilíbrio correspondente a oferta de trabalho II do mercado, cujo salário é afetado pelas transferências. O salário W_2 é o salário de equilíbrio correspondente a oferta de trabalho I, que não está sujeita a receber as transferências e, logo, não é afetado.

Particularmente, o mercado de trabalho do Nordeste se caracteriza pela grande quantidade de trabalhadores com baixa formação e que recebem rendimento até um salário mínimo. Dessa forma, quanto maior for a participação dos trabalhadores menos qualificados, maior é o impacto das transferências governamentais (Barros; Athias, 2013). Ou seja, quanto maior a participação de trabalhadores no mercado de trabalho II, maior será a proporção deles afetada por transferências governamentais.

Figura 3 – Equilíbrio no Mercado de Trabalho Antes e Depois das Transferências



Fonte: Barros e Athias (2013).

Há uma vasta literatura que trata dos efeitos de um aumento no salário mínimo ou redução na oferta de trabalho como geradores do efeito desenvolvimento tecnológico. O efeito desenvolvimento tecnológico ocorre em setores que são intensivos em trabalho mais

qualificado. Assim, um aumento no salário mínimo eleva o custo de sua produção, deslocando os fatores de produção para os setores com novas tecnologias e capital humano mais elevado.

[...] numa região em que mais pessoas têm seus salários afetados por esses choques positivos de salário, seja de um mínimo institucional ou determinado por elevação da escassez relativa de mão de obra, haverá uma tendência a proporcionalmente maiores ajustes tecnológicos e de produtividade, (Barros e Athias, 2013, p.190).

Barros e Athias (2013) simularam o efeito das transferências e do salário mínimo sobre o crescimento do PIB nos municípios do Nordeste do Brasil em 2000. Os autores utilizaram os métodos de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) e Mínimos Desvios Absolutos. Também incluíram outras variáveis relevantes como taxa de pobreza, coeficiente de Gini da renda, média de anos de estudo, bolsa família, salário mínimo, proporção da população e etc. Os modelos estimados foram utilizados para realizar as simulações das contribuições. Em geral, os resultados indicaram que as transferências via Bolsa Família mostraram um impacto maior que os aumentos do salário mínimo sobre o crescimento. Para uma taxa de crescimento médio de 4,2% para os municípios, observou-se que o crescimento teria reduzido para algo entre 3,0% e 3,4%, caso não houvesse maior proporção de transferência via Bolsa Família. E o crescimento teria sido entre 4,0% e 4,1%, caso não houvesse os aumentos do salário mínimo, também relativo ao alcance de uma taxa de crescimento médio de 4,2%.

3 BREVE REVISÃO DA LITERATURA SOBRE O DESEMPENHO DA ECONOMIA DA REGIÃO NORDESTE

Por meio de uma ótica regionalista, Carleial (1990) realizou uma análise, em que destaca uma perspectiva sobre a questão regional nordestina no cenário nacional na década de noventa. A autora discute as especificidades da inserção regional na matriz produtora nacional, colocando que o componente mais forte da integração foi o maior acesso ao comércio e à comunicação entre as regiões.

Quanto a integração de natureza produtiva, Carleial (1990) argumenta que essa integração ainda é tímida. A participação do produto industrial nordestino sobre o produto industrial brasileiro foi de 7,01% em 1970, de 7,49% em 1975 e de 9,49% em 1980. Segundo Carleial (1990), a integração produtiva foi pontual, pois há uma expansão concentrada mais nas regiões metropolitanas da Região Nordeste. Além disso, salienta que o dinamismo da indústria nordestina se deveu mais ao Pólo Petroquímico de Camaçari na Bahia.

Ainda, na análise de Carleial (1990), para que haja crescimento no Nordeste com ganhos sociais, necessita-se de uma complementação da estrutura industrial nordestina com uma integração produtiva intrarregional, decorrente de implantação de empresas regionais, que satisfaçam a demanda de outras empresas, gerando ampliação do emprego, da renda e do mercado de consumo. Por fim, as recomendações de políticas se voltam também aos investimentos em infraestrutura socioeconômica, isto é, com políticas voltadas à distribuição de renda.

Com relação à dinâmica do mercado de trabalho, analisada por meio da População Economicamente Ativa (PEA)³, Araújo e Lima (2010) observaram que o crescimento anual da força de trabalho no Nordeste foi de 2,4% entre 2001 e 2008, um pouco acima do observado no Sudeste 2,2% no mesmo período. Por outro lado, a taxa ocupação na força de trabalho cresceu em 19,5% no Nordeste e em 20,7% no Sudeste.

A taxa de desocupação foi de 8,7% no Nordeste e de 10,9% no Sudeste em 2001 e de 7,5% e de 7,8% em 2008, respectivamente, verificando-se um decréscimo maior no nível de desemprego durante esses últimos anos⁴. O grau de informalidade mostrou uma redução maior no Sudeste entre 2001 e 2008. Em 2001, o Nordeste tinha um grau de informalidade de 72,3% e, no Sudeste, foi de 43,3%. Em 2008, a taxa de informalidade ficou em 66,1% no Nordeste e em 37,1% da força de trabalho no Sudeste (Araújo; Lima, 2010)⁵.

Além disso, Araújo e Lima (2010) mostram também a existência de diferenças na remuneração entre o Nordeste e o Sudeste. No Nordeste, as pessoas ocupadas, que recebiam até um salário, foram de 41% em 2001 e de 48,2% em 2008. No Sudeste, essa porcentagem representava 16,5% em 2001 e 20,8% em 2018. No Nordeste, as pessoas ocupadas que receberam mais de um e até dois salários mínimo mantiveram a mesma proporção em 2001 e

³ Segundo as notas metodológicas do IBGE, a População Economicamente Ativa (PEA) compreende o potencial de mão-de-obra com que pode contar o setor produtivo, ou seja, é a oferta efetiva de trabalho numa economia. Para o cálculo da PEA são consideradas as seguintes categorias: população ocupada (são aquelas pessoas que, num determinado período de referência, trabalharam ou tinham trabalho, mas não trabalharam, como, por exemplo, pessoas em férias) e a população desocupada (são aquelas pessoas que não tinham trabalho, num determinado período de referência, mas estavam dispostas a trabalhar, e que, para isso, tomaram alguma providência efetiva nos últimos 30 dias, como, por exemplo, consultando pessoas, jornais, etc.). A PEA é obtida pela soma da população ocupada e desocupada com 16 anos ou mais de idade.

⁴ Segundo IBGE, a taxa de ocupação é a porcentagem de pessoas na força de trabalho, que está ocupada. Já, a taxa de desocupação refere-se a porcentagem de pessoas na força de trabalho, que está desocupada.

⁵ Segundo Araújo e Lima (2010), o grau de informalidade no mercado de trabalho pode ser calculado de duas maneiras. A taxa de informalidade pode ser estimada pelo quociente dado pela soma de empregados sem carteira mais trabalhadores por conta própria e mais não-remunerados divididos pelo total de pessoas ocupadas. A outra forma de calcular é dada pela proporção na força de trabalho dos indivíduos, que não contribuem para a previdência social.

em 2008, cerca de 20%. Enquanto que esse percentual foi de 27,0% em 2001 para 35,7% em 2008 no Sudeste.

Conforme Araújo (2014), a retomada de políticas públicas, que estimularam o crescimento da renda das famílias junto com a valorização do salário mínimo no início do século XXI, causaram dois resultados. O primeiro resultado apontado foi que as taxas de crescimento da economia das Regiões Norte (5,4%), Centro-Oeste (5,0%) e Nordeste (4,9%) no período de 2003 a 2010 se apresentaram mais elevadas que a média nacional (4,4%) e também relativo às taxas de crescimento das Regiões Sudeste (4,5%) e Sul (3,4%), segundo o IBGE. O segundo resultado foi a geração de empregos formais mais elevadas nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste entre 2003 e 2010.

Araújo (2014) coloca que as cidades médias e municípios do Nordeste passaram a crescer com mais intensidade. Observou-se uma expansão e uma interiorização do ensino superior, que se torna importante à medida que influencia na dinâmica do desenvolvimento regional nos anos recentes, aumentando a qualificação da mão de obra nordestina. Por fim, verificou um forte declínio na pobreza extrema nas Regiões Nordeste e Norte entre 2003 e 2009, aproximando-se do nível de pobreza nacional.

Também, destacam-se mudanças importantes na Região Nordeste em termos econômicos, como o desmonte do velho tripé do semiárido, isto é, o complexo do gado- algodão-policultura - no qual promoveu o avanço da cultura ovino-caprino. Deve-se levar em consideração o fato de que o complexo sucroalcooleiro tem declinado a sua importância no produto da região (Araújo, 2014).

A produção industrial aumentou a sua participação, que representava 8% em fins da década de 1990, passando para 9,3% nos últimos anos da primeira década do século XXI, em decorrência dos investimentos na indústria local de transformação. Além disso, destaca-se que a força da velha estrutura fundiária e o peso da ocupação rural representaram quase a metade da PEA ocupada nas atividades agropecuárias (Araújo, 2014).

Com relação ao setor externo, Hidalgo (2000) mostra que houve mudanças significativas no comércio internacional da região entre 1975 e 1995. Em geral, houve uma queda permanente na participação de produtos primários e uma crescente participação de produtos manufaturados nas exportações. Todavia, são produtos manufaturados ainda com forte conteúdo de recursos naturais.

Conforme Costa e Silva (2018), a Região Nordeste tem mostrado déficits comerciais com o desaquecimento das exportações até 2015, mas o déficit na balança comercial vem se reduzindo devido também as reduções nas importações. Conforme as autoras, os produtos

industrializados tiveram uma participação relativa maior nas exportações do Nordeste entre 2000 e 2016. Observou-se uma concentração nas exportações em bens intermediários, sendo constituído majoritariamente por insumos industriais.

Lima et al. (2007) faz uma discussão sobre o desempenho da economia do estado de Pernambuco a partir de análise das políticas de desenvolvimento e suas perspectivas de encadeamento de investimentos relevantes em fase de implantação e/ou anunciados. A economia de Pernambuco vem mostrando recuperação no crescimento, após um período longo de atraso. Entre 1960 e 1970, a economia conseguiu atrair projetos de investimentos, devido aos incentivos fiscais e política regional da SUDENE. Isso resultou em uma maior diversificação industrial, mas ainda de forma concentrada na Região Metropolitana de Recife (RMR).

A partir dos anos 2000, observou-se uma mudança no padrão de crescimento do estado. Lima et. al. (2007) mostra que Pernambuco tem atraído investimentos que podem explicar o melhor desempenho de sua economia, tais como: investimentos no Complexo Industrial Portuário de Suape, expansão da fruticultura irrigada do município de Petrolina e expansão das atividades de confecções do Pólo Caruaru/Toritama/Santa Cruz do Capibaribe. Além disso, ressalta a existência de uma consolidação de atividades terciárias de comércio atacadistas, de serviços de saúde e de informática concentrados na RMR.

De acordo com Melo (2008), o bom desempenho do setor exportador do Ceará está relacionado à política de incentivos adotada pelo Governo do Estado e realizadas pelo Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI) por meio de vários programas, como o Programa de Incentivo ao Funcionamento de Empresas (PROVIN) e o Programa de Incentivos às Atividades Portuárias e Industriais do Ceará (PROAPI). Além desses investimentos, a autora cita que o Ceará possui algumas vantagens, como: mão de obra relativamente barata, infraestrutura portuária e proximidade ao mercado consumidor. Conforme Mascarenhas e Silva (2019), as mudanças verificadas na estrutura do comércio exterior no estado do Ceará estão relacionadas com alguns fatores, destacando-se: a estratégia de crescimento econômico, os incentivos fiscais e a abertura comercial. Os investimentos realizados no Ceará também parecem ter contribuído para essa mudança na estrutura das exportações.

O governo estadual da Bahia lançou o Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica (Programa Desenvolve) do estado da Bahia no ano de 2002. Foi através de incentivos fiscais, que o governo da Bahia conseguiu atrair empreendimentos nos mais variados segmentos da indústria, como: setores têxtil, de calçados, eletrônico, químico, automobilístico e de papel e celulose. Foram investidos aproximadamente R\$ 30,7 bilhões no setor industrial no período entre 1999 e 2005. Os segmentos de atividade mineral e de

beneficiamento, químico e petroquímico e metalomecânico atingiram quase 82% do total investido em toda a indústria baiana no período entre 2000 e 2005 (Pessoti; Sampaio, 2009).

4 DESEMPENHO ECONÔMICO DA REGIÃO NORDESTE SOB A ÓTICA DO PRODUTO E DO MERCADO DE TRABALHO PARA O PERÍODO 2012 A 2018

4.1 Referente ao Comportamento do Produto da Região

Existe uma literatura extensa que analisa a perspectiva histórica e econômica da economia do Nordeste. Um estudo de economia regional é extremamente audacioso, quando se trata especificamente do Nordeste ainda em um contexto adverso de desigualdade regional e social e em um cenário de incertezas política e econômica em que o país vem passando nos últimos tempos. Diante disso, o quadro econômico atual motivou uma investigação, embora ainda descritiva e comparada, sobre as perspectivas da região sob uma ótica do crescimento econômico, olhando para o desempenho recente dos estados da Bahia, de Pernambuco e do Ceará diante de um aprofundamento de incertezas e crises no país como um todo.

Inicialmente, analisou-se o comportamento da produção da região relativo ao país e às demais regiões. A Tabela 1 mostra que a taxa de crescimento do PIB do Brasil e do Nordeste de 2012 a 2017. Após dois anos consecutivos de queda expressiva no PIB do Brasil e da Região Nordeste, é possível observar uma recuperação em 2017. O Nordeste mostrou um crescimento acima relativo ao do país, com exceção de 2016, onde a economia do Nordeste foi relativamente mais atingida. Entre 2012 e 2014, a região mostrou expressivo crescimento comparado a média brasileira, os investimentos realizados em infraestrutura podem ter influenciado esse comportamento.

Tabela 1 – Taxa de Crescimento do PIB do Brasil e da Região Nordeste entre 2012 e 2017 (% , a preços correntes)

UF	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Nordeste	3,0%	3,1%	2,8%	-3,4%	-4,5%	1,6%
Brasil	1,9%	3,0%	0,5%	-3,5%	-3,3%	1,3%

Fonte: IBGE (2019).

A participação da produção das regiões no PIB do país sob a ótica da renda está descrita na Tabela 2 para o período de 2012 a 2017. Observou-se que a Região Nordeste apresentou um aumento da sua participação de 13,6% em 2012 para 14,5% em 2017, mas permanecendo abaixo das Regiões Sudeste e Sul. Também, verificou-se uma ligeira desconcentração do

produto na Região Sudeste e que isso pode ter sido compensado pelo dinamismo do PIB de outras regiões, como por exemplo, o Nordeste, o Centro-Oeste e o Sul.

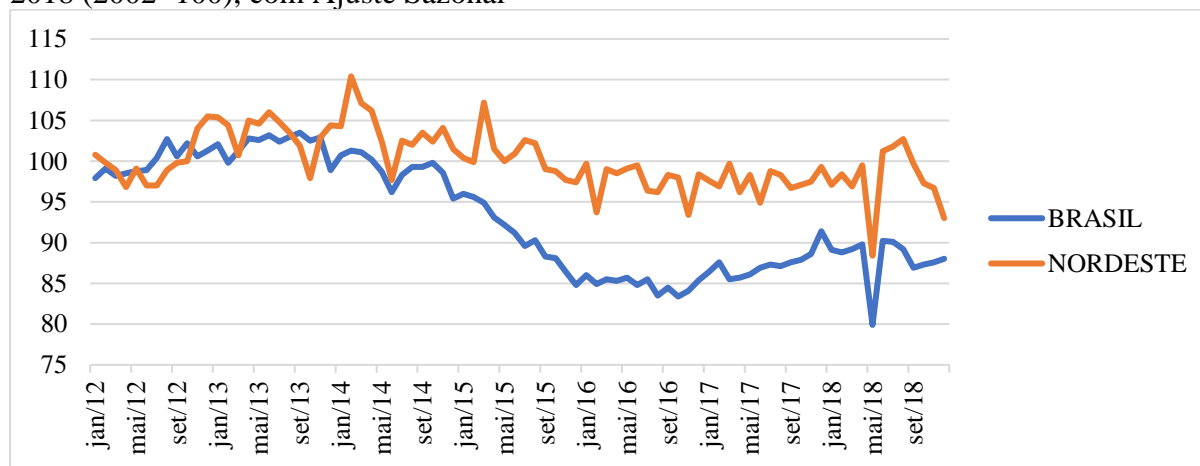
Tabela 2 – Participação da produção das regiões do Brasil sobre o PIB total, sob a ótica do produto: 2012 a 2017 (%)

UF	2012	2015	2016	2017
Norte	5,4%	5,5%	5,3%	5,3%
Nordeste	13,6%	13,6%	13,9%	14,2%
Sudeste	55,9%	55,3%	54,9%	54,0%
Sul	15,9%	16,5%	16,4%	16,8%
Centro-Oeste	9,2%	9,1%	9,4%	9,7%

Fonte: Contas Regionais (IBGE, 2017).

A atividade econômica do Nordeste evidenciou recuos relevantes na produção industrial, no comércio varejista e no volume de serviços. O Gráfico 1 mostra o comportamento do índice de produção industrial do Brasil e Nordeste de 2012 a 2018. A produção industrial iniciou sua trajetória de desaceleração a partir do início de 2014, aprofundando-se em 2015 e 2016, porém apresentando uma certa melhora na atividade no final de 2018 para o país, entretanto o Nordeste não mostra uma recuperação no final do período.

Gráfico 1 – Comportamento do Índice de Produção Industrial do Brasil e Nordeste: 2012 a 2018 (2002=100), com Ajuste Sazonal



Fonte: Elaboração própria com dados do Banco Central.

Segundo Barroso (2019), a taxa de crescimento da produção industrial do Nordeste em 2014 já havia perdido ritmo, registrando 0,2% em relação ao período anterior. Posteriormente, houveram recuos de 3,0%, 2,8%, 0,3% em 2015, 2016 e 2017, respectivamente, apresentando estabilidade em 2018 com um crescimento de 0,2%. Já, as quedas foram mais intensas para a indústria brasileira nos anos recessivos, ou seja, de 8,3% e 6,4% em 2015 e 2016,

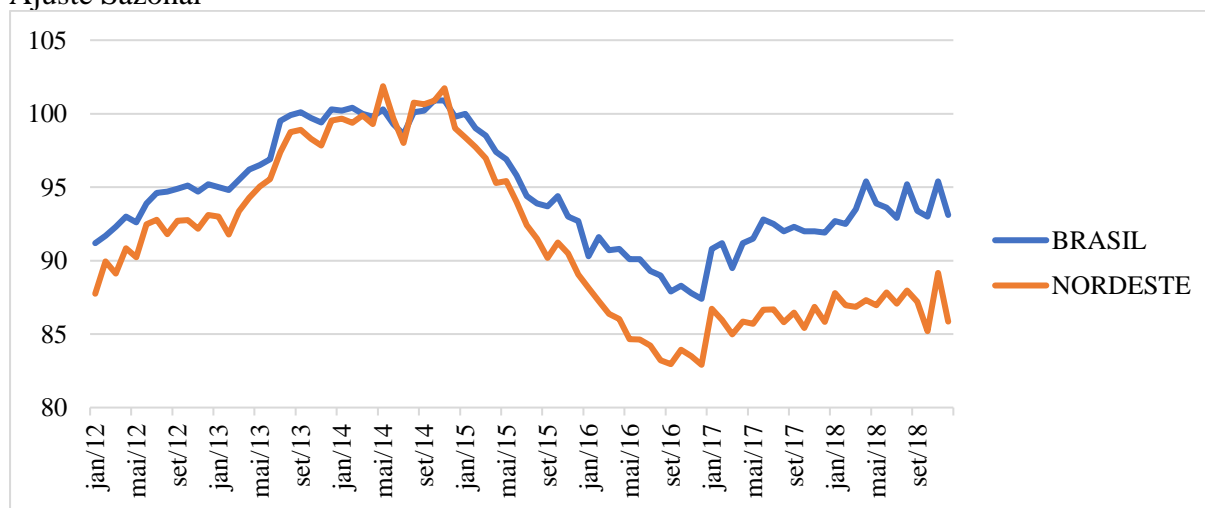
respectivamente. Em contrapartida, a recuperação do país foi mais rápida do que a regional, crescendo em 2,5% em 2017 e 1,1% em 2018.

O Gráfico 2 apresenta o índice de vendas no varejo do Brasil e Nordeste de 2012 a 2018. As vendas no varejo da região cresceram até novembro de 2014, porém declinou bruscamente até setembro de 2016. Esse desempenho é consistente com o cenário observado de reduções do emprego, do rendimento real e de maior restrição no mercado de crédito.

O ritmo da atividade econômica no Nordeste apresentou uma leve recuperação a partir de 2017, que pode estar repercutindo em uma recuperação no setor de serviços. Tanto a produção industrial, quanto a do comércio varejista permaneceram ainda bastante sensibilizados, tendo como consequência uma recuperação lenta de suas atividades em 2018, refletindo possivelmente a paralização do setor de transporte de carga da região.

O setor de serviços exerce papel importante na estrutura produtiva nacional e na Região Nordeste. No Nordeste, o setor de serviços tem uma elevada participação sobre o produto, bem acima da participação desse setor no produto nacional. Em 2001, a participação do setor de serviços foi de 54% no Nordeste, enquanto que essa participação no Brasil foi de 51,5% (Valente Junior; Silva, 2019).

Gráfico 2 – Índice de vendas no varejo do Brasil e Nordeste: 2012 a 2018 (2002=100), com Ajuste Sazonal



Fonte: Elaboração própria com dados do Banco Central.

Para observar o comportamento da atividade econômica dos estados, utilizou-se o valor adicionado da produção disponível para o período entre 2012 e 2017, conforme a Tabela 3 apresenta a taxa de crescimento do valor adicionado da produção nos estados. A taxa de crescimento da produção dos estados seguiu uma trajetória semelhante da taxa de crescimento

do PIB do Nordeste e nacional no ano de 2015, com exceção do estado da Bahia que apresentou um pequeno crescimento no valor adicionado da produção.

Tabela 3 – Taxa de Crescimento do Valor Adicionado da Produção a Preços Correntes da Bahia, do Ceará e de Pernambuco: 2012 a 2017 (%)

UF	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Bahia	9,31%	11,91%	10,06%	10,08%	5,71%	3,39%
Ceará	7,31%	12,84%	16,77%	3,49%	6,24%	6,80%
Pernambuco	15,98%	11,31%	10,28%	0,88%	7,08%	8,50%

Fonte: IBGE (2019).

O setor primário apresentou uma taxa de crescimento de 18,07% em 2015 e em 2016 uma queda de 5,91%. o secundário apresentou queda de 0,28% e de 2,10%, respectivamente, em 2015 e 2016 na Bahia. Já, o setor terciário alcançou 7,47% em 2015 e passou de 3,17% em 2016 para 6,01% em 2017 (IBGE, 2019).

A Tabela 4 apresenta a participação do produto dos estados no PIB da Região Nordeste de 2012 a 2017. O produto interno bruto da Bahia, do Ceará e de Pernambuco cerca de 63% do produto da Região Nordeste. A Bahia é o estado que tem a maior participação no produto da região, seguido de Pernambuco e do Ceará. Quanto a participação dos setores na atividade produtivas da Bahia, do Ceará e de Pernambuco em termos do valor bruto da produção no período de 2012 a 2017, o setor terciário apresentou uma maior participação de 65,23%, de 62,79% e de 48,01% em 2012 e de 58,87%, de 62,12% e de 52,25% em 2017, respectivamente (IBGE, 2019).

Tabela 4 – Participação do Produto dos Estados no PIB da Região Nordeste: 2012 a 2017 (%)

UF	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Bahia	28,0%	28,1%	27,7%	28,9%	28,8%	28,1%
Ceará	14,8%	15,0%	15,6%	15,3%	15,4%	15,5%
Pernambuco	19,1%	19,1%	18,8%	18,0%	18,2%	18,6%

Fonte: Elaboração própria com os dados do IBGE (2019).

Os setores produtivos de Pernambuco foram menos afetados em 2016 apresentando uma taxa de crescimento maior em relação aos outros estados. O setor primário do estado foi o setor que mostrou um maior crescimento, ou seja, de 13,12% em 2016. Em contrapartida, o setor que menos cresceu foi o setor terciário, apresentando um crescimento de 3,25%, em 2016 (IBGE, 2019). Quanto ao Ceará, após uma menor taxa de crescimento em 2015, mostrou uma recuperação em 2016 e 2017. Tal crescimento, sob a ótica produtiva, pode-se estar relacionado

ao bom desempenho do setor primário e do terciário, que cresceram em 25,59% e em 7,35%, respectivamente, em 2017.

Também, destaca-se o subsetor educação e saúde privada, como o subsetor que mais cresceu nos três estados entre 2012 e 2017, cerca de 112%, 111% e 93% na Bahia, em Pernambuco e no Ceará, respectivamente. Já, os subsetores, que obtiveram menor crescimento no mesmo período, foram a indústria extrativa presente no setor secundário na Bahia com um decréscimo de 20,8% e a construção civil, que faz parte do setor de serviços, crescendo em 13,39% no Ceará e decrescendo 22,58% em Pernambuco.

4.2. Referente ao Comportamento do Mercado De Trabalho

O crescimento da economia nacional e regional estimulado pelo ciclo de investimentos econômicos e sociais tiveram reflexos sobre a geração de empregos formais na região. Entre 2002 e 2010, a Região Norte apresentou a maior taxa de crescimento de empregos formais de 8,0%, seguido pelo Nordeste (6,4%) e Centro Oeste (5,7%), muito acima da média nacional que foi de 5,5% (RAIZ/MTE).

Tabela 5 – Nível de Ocupação no Brasil e no Nordeste: 2012-2018, em %⁶

UF	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Brasil	57,0	57,3	57,0	56,4	54,7	54,4	54,6
Nordeste	51,3	51,2	56,3	51,7	48,1	47,0	46,9

Fonte: IBGE, Síntese de Indicadores Sociais – SIS (2019).

A Tabela 5 mostra o nível de ocupação no Brasil e no Nordeste entre 2012 a 2018. Na Região Nordeste, o nível de ocupação da populacional foi de 51,3% em 2012, enquanto que, em 2018, foi de 46,9%. Em geral, observa-se que o nível de ocupação decresceu tanto em nível nacional como regional.

Em contrapartida, a taxa de desocupação aumentou em todo o período, entretanto mostrou-se relativamente sempre maior para a Região Nordeste. A Tabela 6 apresenta a taxa de desocupação no Brasil e no Nordeste entre 2012 e 2018. Observa-se, que com a desaceleração da economia em 2015, a população desocupada apresentou uma trajetória de ascendência, enquanto nos anos anteriores, de 2012 a 2014, a taxa de desocupação decresceu.

⁶ Segundo a metodologia da Pnad Contínua, as pessoas ocupadas são classificadas como aquelas de 14 anos ou mais de idade, que trabalharam pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios ou em trabalho sem remuneração direta. Nível de ocupação é o percentual de pessoas ocupadas na semana de referência em relação às pessoas em idade de trabalhar.

Tabela 6 – Taxa de Desocupação no Brasil e Nordeste: 2012-2018, em %⁷

UF	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Bahia	11,3	11,3	9,6	11,2	16,0	16,5	16,4
Ceará	7,7	7,6	8,0	8,7	11,7	12,3	11,5
Pernambuco	9,2	8,7	8,1	10,2	14,8	16,9	16,1
Nordeste	9,5	9,4	8,4	10,0	13,5	14,6	14,5
Brasil	7,3	7,2	6,9	8,8	11,5	12,5	12,0

Fonte: IBGE, Síntese de Indicadores Sociais – SIS (2019).

Considerando o contingente de desocupados nos estados, a Bahia mostrou uma maior taxa de desocupados, acima da média da região em quase todo o período analisado, com exceção de 2017, em que a taxa de desocupados em Pernambuco foi a mais elevada. O mau desempenho desses estados foi o responsável por contribuir para o aumento da taxa de desocupação da região, que ficou acima da média nacional.

Ressalta-se que a desaceleração da economia nacional e regional afetaram a formalização do emprego nos anos seguintes a 2015, o que resultou no aumento da informalidade na região. No Nordeste, o percentual de trabalhadores com carteira assinada era de 29,8% em 2014, havendo uma redução nesse contingente, cujo percentual de trabalhadores com carteira assinada passou para 27,3% em 2018. Já a participação de trabalhadores sem carteira assinada era de 25,1% em 2016 passando para 27,5% em 2018.

Segundo o IBGE (2019), a proporção de pessoas que recebem até um salário mínimo constituía 80,3% e 50,9% das pessoas ocupadas no mercado de trabalho do Nordeste e Sudeste, respectivamente, em 2012. Em 2018, esse percentual foi de 75,3% e 47,2% para o Nordeste e Sudeste, respectivamente. Já, a porcentagem da população, que recebe mais de um até dois salários, foi de 15,3% em 2018 no Nordeste, uma proporção menor em relação as demais regiões, como: Norte (16,5%), Sudeste (30,2%), Sul (34,8%) e Centro-Oeste (28,5%).

A Tabela 7 mostra a percentagem de pessoas por classe de rendimentos para o Nordeste entre 2012 e 2018. Essa disparidade fica mais evidente ao observar um menor percentual de pessoas na classe salarial mais levada, ou seja, aqueles que recebem mais de dois até mais de cinco salários mínimos, embora se verifica um crescimento na percentagem de pessoas nessas classes salariais mais elevadas no Nordeste, alcançando 6,6% em 2012, 7,1% em 2016 e 8,1% em 2018. Entretanto, observando informações de 2018, o Nordeste alcançou valores relativamente inferiores, quando se compara com o Brasil (16,9%) e demais regiões - Norte (9,1%), Sudeste (21,34%), Sul (22,8%) e Centro Oeste (20,9%).

⁷ Taxa de desocupação é o percentual de pessoas desocupadas em relação às pessoas na força de trabalho.

Relativo aos estados, observa-se a mesma concentração de pessoas ocupadas recebendo até um salário mínimo diminuiu. Em 2012, cerca de 80,6%, 77,4% e 79,2% receberam renda até um salário mínimo no Ceará, em Pernambuco e na Bahia, respectivamente e, em 2018, 76,2%, 73,8% e 74,6%, respectivamente. Em 2018, Pernambuco e Bahia apresentaram um percentual médio acima da região para a população que recebe mais de um até dois salários mínimos, alcançando 16,1% e 15,5%, respectivamente.

Tabela 7 – Distribuição Percentual de Pessoas por Classes de Rendimento Domiciliar Per Capita (Salário Mínimo) para o Nordeste: 2012 a 2018, em (%)

Ano	Região/UF	Sem rendimento	Mais de zero até ¼	Mais de ¼ até ½	Mais de ½ até 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5
2012	Nordeste	1,0	22,8	29,3	28,2	12,0	2,9	2,0	1,7
	Ceará	0,7	23,6	29,0	28,0	11,6	2,9	2,6	1,6
	Pernambuco	1,2	19,8	29,8	27,8	12,7	3,3	2,5	2,7
	Bahia	1,1	22,7	28,4	28,1	12,3	3,3	1,9	2,2
2016	Nordeste	1,0	21,6	27,3	29,2	13,6	3,3	2,1	1,8
	Ceará	1,0	21,6	28,1	30,0	12,4	3,1	1,8	1,9
	Pernambuco	1,7	19,3	26,1	29,7	14,6	3,7	2,3	2,6
	Bahia	0,9	21,0	27,0	29,5	14,4	3,4	2,3	1,6
2018	Nordeste	1,3	22,0	25,4	27,9	15,3	3,9	2,5	1,7
	Ceará	0,9	20,7	25,4	30,1	15,2	3,5	2,3	1,9
	Pernambuco	1,2	20,1	24,1	29,6	16,1	4,4	2,6	1,9
	Bahia	1,3	21,3	26,2	27,1	15,5	4,1	2,6	1,9

Fonte: Elaboração própria com os dados da Síntese de Indicadores Sociais – SIS (2019).

A Tabela 8 apresenta o rendimento médio real da hora habitual do trabalho principal das pessoas ocupadas por nível de instrução para a Região Nordeste em anos selecionados. Apesar de elevada concentração das pessoas ocupadas na faixa até 2 salários mínimos, observa-se que o rendimento-hora médio recebidos pelos ocupados com baixa escolaridade é muito baixo e distante do rendimento-hora médio de indivíduos ocupados e com maior escolaridade (por exemplo, relativo àqueles que tem o ensino superior).

As evidências descrevem que grande parte da população ocupada do Nordeste caracteriza-se por baixa escolaridade, mostrando uma alta desigualdade salarial entre os indivíduos de baixa escolaridade se comparado aos que obtiveram o ensino superior, cuja participação na distribuição dos ocupados por rendimento em faixas mais elevadas é extremamente baixa. Se indivíduos mais qualificados são aqueles que possuem mais educação e, portanto, tem mais investimento em capital humano, refletindo retornos em termos salariais mais elevados, no Nordeste, além da proporção de indivíduos mais qualificados serem menores, eles recebem maiores rendimento-hora médio. Essas evidências sugerem a origem da

desigualdade salarial na má distribuição educacional da força de trabalho na Região Nordeste, além do fato que esse quadro não se altera ao longo do período.

De acordo com o IBGE (2019), o índice de Gini⁸ da Região Nordeste foi igual a 0,54 e 0,55 nos anos de 2012 e 2018, respectivamente. Os índices de Gini da Região Nordeste são bem próximos ou maiores que o do Brasil (0,55) e da Região Sul (0,47). Avaliando o bem-estar por meio do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Distrito Federal (0,824) foi a unidade federativa com o maior IDH do Brasil em 2010. Em contrapartida, Alagoas ficou em última posição com um IDH igual a 0,631. Ressalta-se que Bahia (0,660), Ceará (0,682) e Pernambuco (0,673) também mostraram um IDH inferior à média nacional.

Tabela 8 – Rendimento Hora Médio Real Habitual do Trabalho Principal das Pessoas de 14 Anos ou mais de Idade Ocupadas por Nível de Instrução: 2016-2018, em (R\$)

Ano	Região/UF	Sem inst. ou fund. in. ⁽¹⁾	Ensino fund. com. ou médio in. ⁽²⁾	Ensino médio com. ou sup. in. ⁽³⁾	Ensino superior completo
2012	Nordeste	5,0	6,4	9,4	28,5
	Bahia	5,0	6,5	9,7	29,2
	Ceará	4,8	6,0	8,8	28,7
	Pernambuco	5,2	6,7	10,1	32,5
2016	Nordeste	5,0	6,5	8,7	25,8
	Bahia	5,0	6,3	8,7	24,5
	Ceará	4,9	6,9	8,8	24,5
	Pernambuco	5,3	6,4	8,7	28,8
2018	Nordeste	5,2	6,5	8,5	23,2
	Bahia	5,3	6,9	8,5	23,3
	Ceará	4,9	5,5	7,8	24,5
	Pernambuco	5,1	6,8	8,3	22,4

Fonte: Elaboração própria com os dados da Síntese de Indicadores Sociais – SIS, 2019. Notas: (1) Sem instrução ou fundamental incompleto. (2) Ensino fundamental completo ou médio incompleto. (3) Ensino médio completo ou superior incompleto.

A Região Nordeste apresenta uma proporção bastante elevada de pessoas em situação de extrema pobreza e de pobreza, o que demonstra a vulnerabilidade social da região. O Programa Bolsa Família tem uma abrangência acima da média nacional no Nordeste, conforme Tabela 9. Isso é decorrente do fato de que ao longo do tempo a região sempre teve maior proporção de sua população vivendo abaixo da linha de pobreza. A alta demanda de famílias dependentes de transferências governamentais de renda na Região Nordeste é um sintoma da má distribuição de rendimentos, altas taxas de desocupação e a baixa escolaridade. As ações de

⁸ Índice de Gini, é um indicador de que mede o grau de desigualdade através da relação comparativa entre desenvolvimento e renda de uma região ou país. Apontando as diferenças entre os rendimentos dos mais pobres em comparação aos mais ricos. Podendo apresentar em sua análise uma variação quantitativa que varia de 0 a 1, sendo zero corresponde à plena igualdade e um responsável pela completa desigualdade.

políticas públicas e a melhora nas condições do mercado de trabalho podem minimizar a pobreza na região, bem como a persistência na desigualdade renda.

A literatura coloca que o Nordeste entrou em uma fase distinta de crescimento a partir do século XXI, com um padrão de crescimento associado a redução da pobreza. Em geral, a diminuição da pobreza deveu-se ao combate das desigualdades sociais e ao crescimento maior da renda per capita dos mais pobres.

Tabela 9 – Percentagem de Beneficiários do Bolsa Família, 2012-2018 (%)

UF	2012	2015	2018
Bahia	31,3	28,2	27,7
Ceará	35,9	29,9	27,8
Pernambuco	29,4	22,4	24,1
Nordeste	33,7	29,7	28,2
<i>Sudeste</i>	7,6	6,2	7,0
<i>Sul</i>	6,8	5,3	4,8
Brasil	15,9	14,0	13,7

Fonte: IBGE, Pnad contínua (2018).

Tal resultado pode ser explicado pela estabilidade financeira da economia nacional, pela formalização dos trabalhadores assalariados e ganhos reais do salário mínimo com inflação controlada. Apesar da fase de crescimento econômico com reflexos positivos sobre a renda dos indivíduos, verifica-se que a Região Nordeste ainda continua mostrando disparidades em termos dos indicadores sociais. Em geral, o desempenho da economia do Nordeste acompanhou a evolução da economia brasileira de forma que uma retração na economia do país também mostrou reflexos sobre a região, principalmente, no mercado de trabalho.

5 CONCLUSÕES

A Região Nordeste é de grande relevância para a economia nacional, sendo considerada a terceira região que mais contribui para o PIB do Brasil. Houve uma desconcentração do produto do Sudeste sendo compensada pelo dinamismo da produção tanto do Nordeste como do Centro-Oeste e do Sul. A região presenciou uma piora na dinâmica econômica em 2015 e 2016, como resultado da recessão econômica e da instabilidade política nacional, que pode desestimulado os investimentos privados e públicos. A atividade econômica do Nordeste evidenciou recuos relevantes na produção industrial, no comércio varejista e nos serviços. O Nordeste obteve um importante progresso em termos econômicos e sociais. Apesar dos avanços, os principais indicadores da região ainda são inferiores em comparação com a média nacional, de forma que a desigualdade inter-regional continua sendo um tema relevante para o

Nordeste. Diante dos desafios a serem enfrentados pela região, as políticas públicas e sociais serão fundamentais para que o Nordeste possa retomar uma trajetória de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

- ARAUJO, Tania Barcelar de. Nordeste: desenvolvimento recente e perspectivas. *In*: GUIMARÃES, Paulo Ferraz *et al.* (Org.). **Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste**. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2014. cap. 19, p. 540-560. ISBN 9788587545510. Disponível em: <http://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/14600>. Acesso em: 23 maio 2020.
- ARAUJO, Tarcisio Patricio de; LIMA, Roberto Alves de. Aspectos estruturais do mercado de trabalho em contexto recente da economia brasileira: contraponto nordeste-sudeste. *In*: MORETTO, Amilton *et al.* (Org.). **Economia, Desenvolvimento Regional e Mercado de Trabalho do Brasil**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil; Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho; Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, 2010. cap. 5, p. 105-135. ISBN 9788575633847.
- ARAUJO, Tarcisio Patricio de; SOUZA, Aldemir do Vale; LIMA, Roberto Alves de. Nordeste: economia e mercado de trabalho. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11, n. 29, p. 55-77, 1 abr. 1997. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8973/10525>. Acesso em: 23 maio 2020.
- BARROS, A. R.; Athias, D. Salário mínimo, Bolsa Família e desempenho relativo recente da economia do Nordeste. **Revista de Economia Política**, vol. 33, nº 1 (130), pp. 179-199, janeiro-março/2013.
- BARROSO, Liliane Cordeiro. Indústria do Nordeste – 2002 a 2018. **BNB Conjuntura Econômica**, Fortaleza, ed. Especial, 2019. Disponível em: https://www.bnb.gov.br/documents/80223/6034753/2019_CJES_09.pdf/1932fd3a-a974-2b74-e47d-a86f1ddee777. Acesso em: 23 maio 2020.
- CARLEIAL, Liana Maria da Frota. Perspectivas da economia do nordeste na década de noventa. **Análise Econômica**, Porto Alegre, ano 8, n. 14, p. 141-150, nov. 1990.
- COSTA, Amanda Renally Pereira; SILVA, Soraia Santos da. Exportações da região nordeste: um estudo sobre desempenho e competitividade de 2000 a 2016. **Dinâmicas de Desenvolvimento do Semiárido**, Juazeiro, nov. 2018. XIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural - Regional Nordeste, 2018, Juazeiro.
- HIDALGO, A. B. Exortações do Nordeste do Brasil: crescimento e mudança na estrutura. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v.31, n. especial, p. 660-574, nov. 2000.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de indicadores sociais. Uma análise das condições de vida da população brasileira**. 134p. 2019.

LEÃO, Hellen Cristina Rodrigues Saraiva. PIB do Nordeste cresce acima da média Nacional. **Diário Econômico Etene**, Fortaleza, ano 2, n. 117, 2 dez. 2019. Disponível em: https://www.bnb.gov.br/documents/1342439/5804193/117_02_12_2019.pdf/8f2ab569-ac5c-4f8a-0521-f9a07aefcc2b. Acesso em: 23 maio 2020.

LIMA, João Policarpo R.; SICSÚ, Abraham Benzaquem; PADILHA, Maria Fernanda F. G. Economia de Pernambuco: transformações recentes e perspectivas no contexto regional globalizado. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 38, n. 4, p. 525-541, out-dez. 2007. Disponível em: <https://biblat.unam.mx/pt/revista/ren-revista-economica-do-nordeste/articulo/economia-de-pernambuco-transformacoes-recentes-e-perspectivas-no-contexto-regional-globalizado>. Acesso em: 23 maio 2020.

MASCARENHAS, Maria A. L.; SILVA, Soraia Santos da. **Investigação da especialização das exportações do Ceará por meio dos indicadores de competitividades no período de 2010 a 2017**. Campina Grande, 2019.

MELO, M. C. P. As empresas incentivadas e o perfil exportador do estado do Ceará em um ambiente globalizado. Fortaleza: RIC, 2008. Disponível em: http://www.ric.ufc.br/evento1/cristina_melo.PDF.

NOGUEIRA, Gustavo Maurício Filgueiras et al. In: Diagnóstico socioeconômico do Estado da Paraíba: Unidade e Diversidade Territorial. Ed. SEPLAG, João Pessoa. 2012.

PESSOTI, Gustavo Casseb; SAMPAIO, Marcos Guedes Vaz. Transformações na dinâmica da economia baiana: políticas de industrialização e expansão das relações comerciais internacionais. **Revista Conjuntura & Planejamento**, Salvador, n. 162, p. 36-49, jan./mar. 2009.

VALENTE JUNIOR, Airton Saboya; SILVA, João Marcos Rodrigues da. O Setor de Serviços do Nordeste no Início do Século XXI. **BNB Conjuntura Econômica**, Fortaleza, ed. Especial, 2019. Disponível em: https://www.bnb.gov.br/documents/80223/6034753/2019_CJES_11.pdf/2315b3f1-e42d-8e14-f9bb-50a7f471f120. Acesso em: 23 maio 2020.

ⁱ Graduanda do curso de Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, ex-bolsista de INIC/ Foi membro bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) Economia e voluntária do Grupo de Análise e Acompanhamento da Conjuntura Econômica (GAACE). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6595-613X>. E-mail: gicellynayara@gmail.com.

ⁱⁱ Professora e Pesquisadora do Curso de Ciências Econômicas da Unidade Acadêmica de Economia e Finanças da Universidade Federal de Campina Grande Economia (UAEF/UFCG). OCID: <https://orcid.org/0000-0003-2720-8146>.